

## **A EVOLUÇÃO DA RESISTÊNCIA PODE SIGNIFICAR A SAÍDA DA MURALHA DE FERRO E RETOMADA DOS DIÁLOGOS?**

*Juliana Breda Gomes*

### **RESUMO**

O artigo busca compreender através de um levantamento histórico e crítico, o impacto da criação do Estado israelense no povo nativo (palestinos), de que maneira se articularam os primeiros movimentos e como evoluiu a resistência palestina, que, marcada pela fragmentação política, geralmente prejudica o pleito do seu povo à soberania. Entender em que momento houve e o que desencadeou a mudança da abordagem ofensiva para a mais moderada no discurso oficial palestino e de que maneira essa moderação pode influenciar positivamente a solução dos dois Estados. Levando em consideração a essência do sionismo revisionista, a postura mais inteligente da direita israelense seria abandonar a tática da muralha de ferro e iniciar o diálogo com os árabes. A sua reputação internacional e a própria segurança de Israel se beneficiariam dessa abordagem pragmática.

**Palavras-chave: Palestina, Israel, Muralha de Ferro**

### **ABSTRACT**

This article tries, through a critical and historical research comprehend the impact that the creation of the State of Israel had in the native people (Palestinians), how first movements were articulated and how the Palestine resistance evolved, which, defined by political disintegration, usually affect the people's plea to

REVISTA LITTERIS

N. 16

ISSN: 19837429

Dossiê Oriente Médio A Partir do Brasil

sovereignty. Understand in which moment and what initiates the change from an offensive approach to a moderate one in the official speech and in which way this moderation can positively influence the two state solution. Taking it into consideration the essence of revisionist Zionism, the most intelligent position from the Israeli right wing would be to abandon the iron wall and initiate a dialogue with the Arabs. Its international reputation and its own security would benefit from this pragmatic approach.

**Key-words: Palestine, Israel, Iron Wall**

### **Introdução**

É certo que a relação Israel-Palestina é o tema central que permeia praticamente todas as intrincadas dinâmicas geopolíticas da região do Oriente Médio. A questionável legitimidade que envolveu o processo de criação do Estado israelense acabou por gerar uma complexa e conflituosa relação de perene beligerância entre Israel e seus vizinhos, os quais, apesar de possuírem muitas dissidências entre si, manifestam-se em uníssono em relação à relevância da questão israelo-palestina para a estabilidade da região, sendo a criação do Estado Palestino condição essencial para tanto. Apesar de a tendência observada nas últimas décadas ter apontado para uma deterioração ou uma estagnação das tentativas de acordos de paz entre ambos, o que percebe-se a partir da primeira década do século XXI é uma gradativa alteração no posicionamento palestino nas tentativas de negociação, passando para um

tom menos hostil, menos radical e acima de tudo, buscando legitimidade perante a comunidade internacional.

Essa crescente moderação observada no discurso palestino pode ser muito útil para o incremento das negociações de paz e conseqüentemente para a estabilização de toda a região.

### **O sionismo - de religião a movimento nacionalista**

Qualquer compreensão que se busque acerca da situação no Oriente Médio e especificamente sobre a questão israelo-palestina deve partir de uma compreensão do significado e da importância do movimento sionista. Seus efeitos, tiveram conseqüências tanto na época, gerando o início das animosidades entre árabes e judeus, e principalmente determinando a forma pela qual os judeus tratariam inicialmente o povo nativo (com indiferença) quanto até as questões atuais, uma vez que o *Eretz Israel* (Israel bíblica) fundamenta os assentamentos judaicos em terras palestinas, e esse é justamente um dos principais empecilhos as negociações de paz entre ambos os povos.

O movimento sionista foi o primeiro passo dado em direção a concretização da criação do Estado de Israel. O sionismo surgiu como uma resposta aos anseios do povo judeu, em razão das perseguições que sofriam em todo lugar, sendo a força ideológica e política que alimentou a ideia de uma nação judaica. Foi, portanto um movimento nacionalista judeu. Em contrapartida,

se o próprio sionismo foi, de certa forma, fruto dos nacionalismos que se espalhavam pela Europa no período, foi também vítima dele, uma vez que países cuja política possuía cunho nacionalista passaram a enxergar as minorias (dentre elas os judeus) como ameaça aos interesses nacionais. (MACMILLAN, 2004, p. 459).

O termo “sionismo” nasce em 1885 por Nathan Birnbaun, porém, o movimento teve seu maior representante na figura de Theodor Herzl, judeu-húngaro, autor do livro “*Der Judenstaat*” (O Estado Judeu), sua obra fundamentou o moderno sionismo ao propalar a ideia de restauração da soberania do povo judeu sob a construção de uma nação judaica, argumentando que a ideia de assimilação<sup>1</sup> não funcionaria nunca, uma vez que o preconceito contra o povo judeu encontrava-se arraigado de maneira muito profunda nas sociedades das quais faziam parte.

A grande motivação de Herzl na elaboração das bases fundamentais do sionismo foi um episódio que ficou conhecido como “o caso Dreyfus”, ocorrido na França, no final do século XIX. O jovem Alfred Dreyfus, oficial do exército francês, de origem judaica, foi erroneamente acusado de traição. Dreyfus foi julgado e condenado por um tribunal militar francês com fundamento em provas escassas e inconsistentes. Posteriormente, a fraude veio à tona, ficando comprovado que o oficial fora injustamente acusado e condenado, vítima,

---

<sup>1</sup> A assimilação era o processo pelo qual o povo judaico era integrado dentro da sociedade do país no qual residiam através do qual muitos judeus inclusive se convertiam para outras religiões, como forma de se associar completamente com o país no qual viviam.

sobretudo da forte onda antissemita que se alastrava pela Europa. Alfred Dreyfus pertencia a uma abastada família de origem judaica e bastante assimilada, e sua presença nas fileiras do exército francês causava desconforto entre os demais militares católicos. Herzl, que a época dos fatos encontrava-se em Paris, convenceu-se, dada a grande perseguição sofrida por Dreyfus, que não haveria no mundo local seguro para os judeus, restando como única alternativa viável a construção de um Estado judeu. (SHLAIM, 2004, p.38).

O Movimento Sionista pugnava um nacionalismo judeu, (alavancado posteriormente pelo forte antissemitismo que assolava a Europa no início do século XX que culminou no Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial) defendendo a criação de um Estado judeu, não teocrático como poderia se supor, mas sim nos moldes ocidentais garantindo liberdades e direitos individuais, a divisão dos poderes, e assegurando a alternância de poder (SCALERCIO, 2003, p.17).

A ideia fundamental do Movimento Sionista é de que os judeus foram expulsos da terra prometida (na região da Palestina) e, portanto possuíam o direito de para lá retornarem. Além disso, nesse primeiro momento não consideravam que a população árabe local seria um grande problema, julgando que os benefícios, sobretudo sócio-econômicos, trazidos pelos judeus seriam capazes de dissuadir a resistência palestina. (SHLAIM, 2004, p. 40).

Naturalmente os árabes palestinos nunca se convenceram do discurso sionista acerca do “direito inalienável” do povo judeu às terras da Palestina e por

esse motivo entendiam o sionismo apenas como mais uma forma de dominação imperialista, controle e exploração da região pelo Ocidente (SCALERCIO, 2003, p.19).

Nesse primeiro momento o sionismo fundava-se em duas ideias principais: o não reconhecimento dos direitos nacionais palestinos na região e o apoio de uma grande potência de fora do Oriente Médio, nesse caso a Grã-Bretanha. Essas duas dinâmicas ainda hoje se observam na política israelense. A política de associação a uma grande potência foi muito útil e fundamental para a concretização das pretensões nacionalistas judaicas, pois foi essa aliança entre judeus e britânicos que culminou posteriormente na Declaração Balfour, cuja interpretação maximalista dos judeus consistia no reconhecimento internacional das reivindicações judaicas pela região da Palestina como local para futura construção de Israel (SHLAIM, 2004, p.46).

A própria ideia fundamental do sionismo sofreu algumas alterações com o passar do tempo. Com o aumento da resistência palestina e a crescente política de imparcialidade britânica para a região os judeus passaram a rever a política oficial do movimento sionista. Teve início então o chamado Sionismo Revisionista, propalado principalmente por Ze'ev Jabotinsky. A compreensão do sionismo revisionista é de suma importância para a presente análise e será devidamente retomado adiante.

A principal diferença trazida pelo sionismo revisionista era a relação com a população nativa da região onde se ergueria o futuro Estado judeu. Jabotinsky

considerava que ignorar os árabes era impossível, dado o aumento exponencial de sua resistência, e tampouco era viável negociar com eles. O que ele propôs então em um artigo publicado em 1923 foi a criação de uma “Muralha de Ferro”. Segundo Jabotinsky a convivência entre árabes palestinos e judeus sob o mesmo território só seria viável se Israel se fechasse dentro de uma muralha militar protegida contra investidas palestinas. (SHLAIM, 2004, p.52). Assim, a noção de que o Estado israelense só seria alcançado mediante a absoluta prevalência militar sobre seus rivais cria raízes nesse momento.

O sionismo revisionista fundava-se ainda em outra ideia que foi o pilar da fundação da nação judaica. O *Eretz Israel (Grande Israel)*, que dizia respeito a manutenção da integridade do território do novo Estado israelense a todo custo, preservando-se a integridade da Israel bíblica. A criação do Estado de Israel funda-se na ideia do *Medinat Yisrael* (Estado de Israel) diferente do conceito de *Eretz Israel*<sup>2</sup> (Grande Israel), na qual se faz associação a Israel do passado, contida nas escrituras sagradas dos judeus. A ligação com o *Eretz Israel* serviu muitas vezes de fundamento para os anseios dos sionistas de construção de um lar judeu na região onde o primeiro reino judeu se estabelecera.

Ao final, ambas as visões sionistas, (que divergiam apenas na forma como alcançar o almejado Estado judeu soberano) acabaram por se aproximar cada vez mais. Ainda que sem admitir abertamente os sionistas trabalhistas ou

---

<sup>2</sup> O *Eretz Israel* ou Israel bíblica inclui a região atualmente conhecida como Cisjordânia e Gaza, sob ocupação israelense, anexada após a Guerra dos Seis Dias. É alvo de grande disputa e desentendimento entre palestinos e israelenses.

políticos acabaram por concordar com o argumento revisionista da construção de uma muralha de ferro ao redor dos judeus. Teriam de apelar cada vez mais ao uso da força para garantir sua nação, uma vez que a estratégia mais moderada usada até então de imigração e ocupação não era mais capaz de sozinha garantir a criação de Israel. (SHLAIM, 2004, p. 53)

### **As principais guerras israelo-árabes e o início da resistência**

Esse primeiro momento da resistência palestina foi marcado por uma forte aliança entre os diversos países árabes (mais por autointeresse do que por empatia a situação palestina) contra Israel, o que culminou em um período de grandes guerras interestatais. As duas principais, cujos efeitos impactaram decisiva e irremediavelmente as relações israelo-árabes foram: a Guerra da Independência (*Al Nakba*) de 1948 responsável por criar o problema dos refugiados palestinos, até hoje ponto crucial nas tentativas de negociação de paz; e a Guerra dos Seis Dias de 1967, durante a qual Israel ocupou militarmente os territórios da Cisjordânia e de Gaza, questão mais sensível entre ambos, uma vez que contrapõe o direito a autodeterminação palestina e o *Eretz Israel*.

A Grã-Bretanha, que até então exercia o Mandato na Palestina, admitiu ser incapaz de lidar com os crescentes embates entre árabes e judeus que antecederam a criação do Estado de Israel. Nesse momento o Mandato britânico não agradava nem árabes nem judeus e consumia grandes vultos de recursos.



Assim, a potência deixou a cargo da recém criada ONU a tarefa de tenta apaziguar os interesses antagônicos e aparentemente irreconciliáveis.

A partilha da região proposta pela ONU descontentava tanto judeus quanto árabes. Muitos países árabes limítrofes possuíam interesses na região da Palestina (como o Egito em relação a Faixa de Gaza e a Jordânia em relação a Cisjordânia) e não se compraziam do fato de haver um Estado não árabe, tão ligado ao Ocidente, encravado bem no meio de suas pretensões expansionistas. Os palestinos pugnavam que o direito de autodeterminação dos povos, princípio basilar da Organização das Nações Unidas não estava sendo observado pelo “Plano de Partilha”. Israel também não gostou do “Plano de Partilha” proposto pela ONU, as fronteiras descontínuas trariam um transtorno militar excessivo na defesa dos novos territórios. Culminando na rejeição por ambas as partes aos termos do acordo de Partilha estabelecido pela ONU.

Na votação os árabes se opuseram aos termos da resolução e negaram a possibilidade de criação de um Estado judeu na Palestina. Porém em 29 de novembro de 1947, sob sessão presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, foi votada e aprovada a criação do Estado de Israel. Meses depois, em 14 de maio de 1948, com o fim do Mandato britânico na região e a retirada de suas tropas, foi declarada a independência do Estado de Israel.

O resultado imediato foi uma guerra declarada por uma liga de países árabes, formados por: Egito, Iraque, Líbano, Síria e Transjordânia<sup>3</sup>, contra Israel.

---

<sup>3</sup> Atual Jordânia.

Tal guerra foi chamada pelos judeus de Guerra da Independência, já para os palestinos a guerra ficou conhecida como *al Nakba* (o Desastre) visto que os árabes perderam a guerra e mais partes do território palestino foram anexadas pelas forças israelenses (PINTO, 2003, p.16) e inúmeros palestinos se espalharam por todo o Oriente Médio na condição de refugiados.

A guerra ocorreu em duas fases. Num primeiro momento o conflito se desenvolveu entre as comunidades árabes e judaicas da região com a captura de diversas vilas e cidades palestinas terminando em vitória israelense. A segunda fase, também chamada de fase oficial, envolveu os exércitos regulares dos Estados árabes vizinhos que também culminou em uma vitória total israelense.

A primeira fase da Guerra da Independência é de suma importância por dois motivos. O primeiro seria pela adoção por Israel do que ficou conhecido como Plano D, uma política de “defesa agressiva” acompanhada de subversão econômica e guerra psicológica. Não se tratava de um plano político para expulsar os árabes da região mas sim de um plano militar, levado a cabo pelo *Haganah*<sup>4</sup> com objetivos militares e territoriais. (SHLAIM, 2004, p. 70). O objetivo do Plano D era limpar o interior do país expulsando a população árabe declarada hostil ao estabelecimento do Estado israelense. Assim a importância desse

---

<sup>4</sup> Organização paramilitar que em hebraico significa ‘defesa’ formada inicialmente para defender os interesses do movimento sionista de forma independente do Mandato britânico, principalmente contra as revoltas da população árabe que habitava a região. No ano de 1948 o governo de Israel decidiu transformar o *Haganah* no exército regular do Estado de Israel dando origem ao IDF (Israeli Defense Forces).

plano estratégico agressivo adotado por Israel é justamente por ele ser o principal responsável, contribuindo direta e decisivamente, para o problema dos refugiados palestinos. Além disso, é nesse momento que nasce a resistência palestina, nesse primeiro momento armada e financiada pelos países árabes vizinhos.

As décadas seguintes presenciam o auge do arabismo, a ascensão do nacionalismo popular árabe (panarabismo)<sup>5</sup> tentando afirmar a ideia da unidade árabe em razão da cultura, história e interesses partilhados (a causa Palestina e repúdio a Israel) essa união lhes daria maior poder coletivo e recobriria de legitimidade os recém independentes Estados árabes, cabendo ao Egito e seu governante Gamal Abdel Nasser o papel de representante e líder do bloco árabe. É o momento que praticamente toda a história árabe converge para a preocupação compartilhada com a situação da Palestina<sup>6</sup>.

Fato é que, apesar de todos os países árabes defenderem a causa palestina, a mesma encontrava-se fragmentada e sua defesa sem um líder que os representasse. Os próprios palestinos não desempenhavam um papel independente na discussão sobre o seu destino. Portanto, em 1964 é criada pela Liga Árabe a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) com o intuito de se tornar a legítima representante do povo palestino. (HOURANI, 2006, p. 538).

---

<sup>5</sup> O pan-arabismo foi um movimento nacionalista árabe, ocorrido no século XX, de cunho cultural, ao exaltar a língua árabe, a literatura e exaltar o passado glorioso do Islã, mas sobretudo de cunho político ao propalar uma união árabe secularizada contra o colonialismo e o imperialismo que subjugava praticamente todos os países árabes.

<sup>6</sup> Também chamado de arabização da questão palestina.

Em 1974 a OLP recebe status de membro observador pela Assembleia Geral da ONU, sendo reconhecida como competente em questões envolvendo a Palestina.

Os acontecimentos de 1967 marcam o início de uma crise e um divisor de águas nessa tentativa de união árabe. Além disso, outro importante acontecimento que antecede a eclosão do mais importante conflito israelo-árabe é o surgimento do Fatah, cuja finalidade era apresentar-se como um movimento puramente palestino, uma vez que a OLP na época a mais relevante organização política representante do povo palestino, achava-se sob controle egípcio e as Forças Armadas a ela ligadas faziam parte dos exércitos do Egito, Síria, Jordânia e Iraque. Assim, os palestinos consideravam que a OLP nem sempre representava adequadamente os interesses palestinos, uma vez que os interesses dos demais árabes nem sempre convergiam com os seus em relação à Israel. O surgimento do primeiro movimento puramente palestino é de extrema importância para a compreensão da formação da resistência palestina e principalmente em relação ao perfil que essa resistência tomaria, uma vez que já no ano de 1965 o Fatah inicia as primeiras ações diretas contra Israel. (HOURANI, 2006, p. 538-539).

Eclode em junho de 1967 o conflito que ficou conhecido como a Guerra dos Seis Dias. Israel demonstrou toda sua capacidade estratégica nessa guerra, chamando a atenção dos norte-americanos para sua causa e mostrando aos vizinhos que nem as coalizões árabes eram páreo frente ao poderio militar e

estratégico israelense. A situação que o Oriente Médio se encontrava naquele momento era realmente bem crítica. O panarabismo, se encontrava em plena ascensão. As animosidades entre Egito e Israel já estavam em curso desde a guerra do Canal de Suez (1956), portanto o terreno era realmente muito fértil para conflitos.

Previendo a possibilidade de que seus inimigos locais se organizassem e se aliassem, unindo forças contra o recém criado Estado israelense, incentivados, sobretudo, por essa onda nacionalista árabe que solapava a região nesse período, os israelenses, se adiantaram a ação das países árabes e procederam um ataque preventivo contra a força aérea egípcia, dizimando-os ainda em terra. (SCALERCIO, 2003, p. 153). Depois disso, foi questão de dias até que toda a região estivesse sob domínio israelense. Isso tudo sem ajuda externa, já que os Estados Unidos estavam bastante reticentes quanto a real necessidade de engajamento nessa guerra.

Mesmo com a reticência dos Estados Unidos em apoiar sua ação belicosa, Israel entrou na guerra e saiu vitorioso. Mais do que isso, sua moral subiu, pois enfrentou uma liga de Estados árabes, sem apoio norte-americano, anexou mais territórios ao seu e logrou total êxito em suas intenções bélicas. Ao fim do conflito os israelenses haviam ganhado a guerra e o respeito norte-americano.

Além disso, o que se presenciou claramente nessa guerra foi o princípio do *Eretz Israel* em prática. A região da Cisjordânia foi anexada após a guerra.

Era parte pertencente à Palestina a qual deveria perfazer o território do futuro Estado árabe. Possui algumas cidades sagradas para ambos os povos e é nessa área onde estão localizados um dos maiores problemas que Israel possui atualmente, os assentamentos judeus.

Politizando a questão religiosa, Israel busca justificar (através da aplicação do princípio do *Eretz Israel*) a anexação de territórios além dos limites do *Medinat Yisrael* (Estado de Israel). O desdobramento desse princípio reflete nos dias atuais na dificuldade das negociações de paz, uma vez que o *Eretz Israel* inviabiliza a repartição de territórios com os palestinos. (SCALERCIO, 2003, p. 32).

### **As tentativas de paz**

O ponto de partida da análise das inúmeras e muitas vezes infrutíferas tentativas de paz é a Resolução 242 de 22 de novembro de 1967<sup>7</sup>, em razão das consequências da Guerra dos Seis Dias, danosas, sobretudo para o povo palestino. Tal resolução trouxe o princípio da inviolabilidade dos territórios, ou seja, condenou a anexação de territórios por parte de Israel, e o respeito pelo

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://daccess-ods.un.org/TMP/5965945.12462616.html>>

princípio da autodeterminação dos povos incutido na Carta das Nações Unidas, norteador de todo o sistema internacional a partir de então.

Muitos especialistas a condenaram por ser vaga ao não estabelecer quais territórios deveriam ser desocupados pela força militar israelense, bem como ao não estipular diretrizes claras e eficazes no esforço de paz na região, e tampouco prever quaisquer tipo de sanções em caso de descumprimento. A ONU deixou clara sua posição de contrariedade a anexação territorial e cobrou a retirada israelense enquanto Israel mais uma vez, desobedeceu suas estipulações.

A Resolução 242, serviu a partir de então de base legal para todos os acordos e tentativas de acordos de paz na região. Porém, seus termos vagos e ambíguos nunca permitiram a efetividade de seu cumprimento e implementação de suas estipulações.

A primeira tentativa (de certa forma bem sucedida) de acordo bilateral se deu por meio do acordo de Camp David. Israel, no intuito de tentar apaziguar os ânimos na região e tentar minimizar os efeitos das ocupações da Guerra dos Seis Dias e ainda sofrendo os efeitos causados pelo embargo do petróleo de 1973, firmou com o Egito, em 1978, o acordo através do qual devolveu o Monte Sinai em troca do reconhecimento internacional egípcio. Foi a primeira tentativa de acordo entre Israel e um país árabe demonstrando que a prioridade israelense para fazer a paz com seus vizinhos seria a consecução de acordos parciais e bilaterais. Acordos grandes exigem grandes concessões, o que poderia ser interpretado pelos árabes como fraqueza (SCALERCIO, 2003, p. 203).

Não apenas os árabes, mas também a comunidade internacional percebeu que a falta de diálogo entre os envolvidos nas animosidades estava gerando uma crise sem precedentes, principalmente de cunho econômico e alcance mundial. Os árabes, ante a impossibilidade de rivalizarem com o poder bélico israelense estavam usando única arma que possuíam: o petróleo. O mundo assistiu perplexo ao embargo petrolífero e suas consequências catastróficas na economia global. A partir desse ponto tornou-se então imperativo a solução, ou ao menos o início do diálogo entre os envolvidos, a solução foi internacionalizar o debate sobre o conflito.

Esse acordo pode se dizer que foi um dos mais bem sucedidos e duradouros dentre os quais Israel assinou, porém não consolidou-se sem muitos desentendimentos e negativas de ambas as partes. Como consequência, o Egito criou uma enorme animosidade com outros países árabes culminando na sua expulsão da Liga Árabe, bem como passou a ser considerado um “vira-casacas” pelos soviéticos, que até então os apoiavam (SCALERCIO, 2003, 216-218). O Egito foi o primeiro país árabe a reconhecer formalmente a existência do Estado de Israel e entre alguns percalços estabeleceu-se entre os dois países uma relação relativamente tranquila e duradoura. O acordo de Camp David trazia a clara intenção, já em seu preâmbulo de rediscutir a Resolução 242 de 1947, e tentar de alguma forma efetivar suas estipulações. Porém tantas foram as divergências acerca da questão palestina que este assunto foi deixado de lado



e não abarcado pelo acordo, e esse foi considerado o seu grande fracasso. (SCALERCIO, 2003, p. 219).

No contexto do fim da Guerra do Golfo bem como da deterioração da União Soviética, os países novamente voltaram a se preocupar com o frágil equilíbrio das relações no Oriente Médio e em como as desavenças na região podiam surtir efeitos globais. Dessa forma, orquestrada pelo então presidente americano George Bush realizou-se a Conferência de Madri, em 30 de outubro de 1991. Foi uma conferência que buscava reativar o diálogo sob a situação da região, tendo não apenas Israel, mas vários países árabes que com ele faziam fronteira, como Síria, Líbano, Jordânia e também a OLP representando os palestinos. O irromper da Guerra Golfo foi momento crucial que trouxe o Oriente Médio a repensar sua ordem política. A conferência não tinha o condão de trazer nenhuma solução específica ou impor qualquer conduta para os países mas tão somente debater a situação da região, reafirmando a força do diálogo.<sup>8</sup> A princípio israelenses mostraram-se titubeantes pois não desejavam o debate aberto entre todos os países árabes, dando preferência a conversas bilaterais, não obstante não reconheciam a OLP como legítimo representante do povo palestino e desse modo não debateriam com eles. A solução encontrada por James Baker, secretário de Estado norte-americano foi incluir os representantes palestinos na comissão jordaniana, excluindo, ao menos formalmente a OLP das

---

<sup>8</sup> Disponível em:  
<<http://www.mfa.gov.il/MFA/Peace+Process/Guide+to+the+Peace+Process/Madrid+Letter+of+Invitation.htm>>

negociações. Os israelenses também evitavam discutir questões espinhosas como a devolução e o domínio de territórios anexados nas guerras. A saída encontrada foi estabelecer pontos gerais para a conversação que fossem de interesse de toda a região, as questões mais controversas seriam discutidas em separado, bilateralmente. (SCALERCIO, 2003, p. 264).

O mais importante passo em direção a concretização da paz efetiva na região e fruto da Conferência da Paz de Madri, foram os Acordos de Oslo (I e II) assinados em 1993 e 1995 respectivamente, acordado entre o governo israelense, a OLP, testemunhado por Estados Unidos, Rússia, Jordânia, Egito e Noruega, sendo a primeira conversa direta entre Israel e a OLP. (SCALERCIO, 2003, p. 259). Partia da premissa básica da ideia de que as partes gradualmente desenvolveriam relações baseadas na confiança mútua. Primeiro cumpre salientar que a principal característica do acordo a ser entendida como positiva foi a disposição de ambas as partes em sentar e negociar, coisa que, desde a criação do Estado de Israel, em meados da década de 1940.

O fulcro central das discussões nos Acordos de Oslo foi a Faixa de Gaza. A proposta inicial levada a mesa de negociações por parte de Israel foi a iniciativa “Gaza primeiro”, sendo este o processo de início da autonomia parcial da Palestina começaria pela Faixa de Gaza, porém os palestinos temiam que essa se tornasse a única concessão que Israel estaria disposto a fazer. Os palestinos exigiram que também se discutisse acerca da situação da Cisjordânia e de Jerusalém, entretanto, Jerusalém não era um tema que Israel estava disposto a

discutir, portanto concordaram que a Cisjordânia fosse incluída na discussão. Neste ponto das negociações finalmente israelenses consideravam a OLP parte legítima como representante dos palestinos, bem como a Palestina através da OLP reiterava a renúncia ao projeto de destruição de Israel e ao terrorismo. O acordo previa a retirada israelense da área e a passagem aos palestinos do controle da região. Em razão dos Acordos de Oslo cria-se a Autoridade Nacional Palestina (ANP), com a prerrogativa de exercer administração territorial e certas funções sociais e políticas dentro dos territórios palestinos. Apesar de ter sido criada pela OLP a relação entre ambas é complexa. (HUSAIN, 2003, p. 212). A OLP cabe o papel de movimento de libertação, representando a própria essência do nacionalismo palestino, enquanto a ANP figura mais como um aparato pré-estatal, assim, nem sempre as visões convergem.

Analisando o teor dos Acordos de Oslo, mediado por Bill Clinton, então presidente norte-americano, e pela diplomacia norueguesa, estes previam o fim dos conflitos, devolução de determinadas áreas palestinas anexadas por Israel, a abertura efetiva de negociações, transferência de poder aos palestinos, em troca do estabelecimento de um governo democrático. Foi um excelente início de diálogo entre as partes que até então recusavam-se a negociar. Entretanto, a boa vontade de ambas as partes sofreu um baque com a assassinato do primeiro ministro israelense que assinou os acordos, Yitzhak Rabin, em 1995 por um judeu extremista que considerava que os acordos estavam prejudicando o sonho da grande nação israelense ao ceder territórios aos palestinos, A forma

como Rabin guiava a política externa israelense, de trocar “terra por paz” era extremamente mau vista pelas alas políticas mais intransigentes e as concessões dos Acordos de Oslo foram consideradas uma traição por muitos israelenses mais radicais, e dessa forma, pode se dizer que tais acontecimentos tiraram relativamente a legitimidade e dificultaram a consecução dos Acordos. Após a morte de Rabin, a direita volta ao poder em Israel, notadamente contra os termos do acordo por considerarem que faziam concessões demais aos palestinos. O partido conservador Likud elegeu Benjamin Netanyahu<sup>9</sup>, que, graças a uma série de atentados terroristas perpetrados pelo Hamas, principalmente em Jerusalém, foi considerado o mais habilitado e enérgico para lidar com a deterioração das relações israelo-palestinas após a morte de Rabin.

Internamente tanto israelenses quanto palestinos encontravam dificuldades de conseguirem aprovação do acordo. Israel aprovou o acordo numa votação apertada de 61 votos contra 59. Por outro lado, palestinos consideravam que os acordos pouco os beneficiavam e viam crescer a escalada do terrorismo e da popularidade dos grupos extremistas.

Em suma, o que se pode tirar de positivo dos Acordos de Oslo foi a disposição em negociar, a intenção de fazer concessões de ambas as partes e o embasamento e respeito dos mesmos pelas normas de direito internacional. Tamanha foi a importância dada ao avanço que os Acordos de Oslo

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://en.netanyahu.org.il/likud/%d7%97%d7%95%d7%a7%d7%aa-0%d7%94%d7%9c%d7%99%d7%9b%d7%95%d7%93/>>

representavam que ambos governantes, juntamente com Shimon Peres, receberam o prêmio Nobel da paz de 1994 “pelos seus esforços na criação da paz no Oriente Médio”.<sup>10</sup>

Após o assassinato de Yitzhak Rabin, inicia-se um período de governo do Likud, ao que Avi Shlaim chamou de “O Retrocesso” e de “O retorno à Muralha de Ferro” onde o autor disserta sobre o enorme impacto negativo que o assassinato do Primeiro Ministro israelense, causou nas tentativas de acordos de paz (estagnação e fracasso) marcando a derrota do diálogo. A menção feita ao retorno a Muralha de Ferro diz respeito à influência (negativa) da eleição de Benjamin Netanyahu do partido conservador Likud no processo de paz. A eleição de Netanyahu marcou o rompimento com o pragmatismo político, característico do Partido Trabalhista (terra por paz), um retorno ao sionismo revisionista (poder militar como fator chave na luta pela criação, manutenção e segurança do Estado) e um senso nacionalista exacerbado. Assim, os acontecimentos do fim da década de 1990 praticamente enterraram os avanços alcançados pelos Acordos de Oslo.

### **Pós Oslo e a fragmentação da resistência**

---

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/laureates/1994/](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1994/)>

O colapso do processo de paz pretendido pelo Acordo de Oslo marca um novo momento na política palestina. A OLP, que até então figurava como representante legítima da busca palestina pelo seu direito à autodeterminação enfrenta, após o fracasso do processo de paz, uma grande crise de legitimidade com Yasser Arafat enfrentando uma perda reconhecimento de Israel e EUA e uma desconfiança generalizada entre as partes.

A OLP, além de enfrentar a desconfiança externa ainda perde significativamente apoio e reconhecimento popular. Para agravar a situação grupos de oposição como Hamas e Jihad Islâmica começam a ganhar lugar na política palestina. Ainda assim nenhum deles mostra-se capaz, nesse momento, de se tornar representante legítimo da causa Palestina. Tais grupos assumiram responsabilidade por ataques a bomba contra Israel, e justamente por adotarem táticas de resistência armada e terrorismo - ilegais perante o direito internacional - não podiam se apresentar como representantes viáveis da causa Palestina. Também nesse sentido, Avi Shlaim afirma que a eleição de Netanyahu, em 1996 com sua política de rejeição aos Acordos de Oslo (que acabou por enterrar seus avanços) foi muito mais consequência da atuação dos homens-bomba do Hamas do que pela população israelense reprovar diretamente o processo de paz (SHLAIM, 2004, p. 680).

Nesse período ocorre um fortalecimento do movimento Hamas, surgido na primeira Intifada, em 1987. O movimento se opôs fortemente aos termos do Acordo de Oslo. Opunha-se principalmente ao reconhecimento e ao fim da luta

armada contra Israel, que havia sido acordada, como condição para negociação da paz, passando a questionar direta e indiretamente tanto a OLP quanto a ANP. (HUSAIN, 2003, p. 211).

A falta de controle da OLP sobre as ações das diversas facções políticas palestinas, gera uma escalada da violência entre palestinos e judeus, e a atitude de desafiar a autoridade da OLP conduziu a situação para uma fragmentação política entre essas diversas facções com a clara inaptidão da OLP de controlar as ações dos demais grupos, perdendo ainda mais legitimidade interna e internacional. A comunidade internacional passava a se questionar se o povo palestino possuía ainda, no contexto pós-Oslo, um representante legítimo de sua causa. (HUSAIN, 2003, p. 211).

Após a morte de Yasser Arafat em 2004 a divisão política na Palestina se agrava ainda mais. Arafat figurou por décadas como principal representante da causa Palestina e muitas vezes o processo de paz esteve mais associado a sua pessoa do que com a Palestina e sua busca pela autodeterminação. A era pós Arafat testemunhou uma profunda crise do movimento nacional palestino, uma grande cisão interna e uma inabilidade de atuar como um grupo com aspirações nacionais convergentes. (GHANEM, 2013, p. 27).

A eleição do Hamas na Faixa de Gaza em 2006 aprofundou ainda mais essa cisão. O Hamas se apresenta como um movimento político de oposição, na época de seu surgimento se posicionavam veementemente contrários aos Acordos de Oslo e a criação da ANP. Contudo, nesse momento acabam por

aceitá-la apenas o suficiente para participar das eleições e ganhar o controle sobre Gaza. Em 2007 Fatah e Hamas entram em confronto direto culminando em uma violenta guerra civil uma vez que o Fatah não estava disposto a perder o controle de Gaza para o partido rival. O resultado do confronto foi a derrota do Fatah e a expulsão de toda sua liderança da Faixa de Gaza. (RUMLEY; TIBON, 2015, p. 85).

Essa divisão entre os partidos mais relevantes da política palestina permite que Israel justifique a falta de negociações, ao afirmar que não há “parceiro Palestino” e ainda ao afirmar que não pode alcançar um acordo com os representantes de apenas metade do movimento nacional. (GHANEN, 2013, p. 27).

A atuação do Hamas é a questão mais sensível no que tange a política palestina. O movimento Hamas age por vezes como um grupo terrorista radical e inflexível, mas também por vezes utiliza a estratégia da participação política considerando o custo-benefício de cada ação, demonstrando que pode adotar a via da moderação. Muitos países ainda consideram o Hamas uma organização islâmica radical apesar do trabalho social realizado (principalmente em Gaza), e mesmo após o Hamas ter vencido de forma incontestável as primeiras eleições palestinas livres que terminou com o Hamas liderando o Parlamento palestino e o Fatah presidindo a ANP. Mas apesar de tudo, tem se observado no Hamas uma inclinação para o diálogo inclusive dando vários indícios de que estaria pronto para reconhecer o Estado israelense desde que este estivesse disposto,



em contrapartida, a reconhecer as fronteiras de 1967 como ponto de partida para a criação de um futuro Estado palestino independente. O principal problema enfrentado pelo Hamas seria o seu braço armado e a aparente falta de controle que a organização possui sobre suas ações. Para o autor é justamente essa imprevisibilidade que varia entre a violência e o pragmatismo que pode tornar o Hamas - principalmente aos olhos de Israel e Estados Unidos - um negociador pouco confiável. (WALTHER, 2009).

Em suma, o principal entrave a causa Palestina é justamente a falta de unificação política em torno de um plano nacional comum o maior empecilho a criação de um Estado soberano. Com o Fatah a frente da ANP governando a Cisjordânia e o Hamas governando a Faixa de Gaza um governo unificado parece um objetivo distante, até mesmo porque ambos possuem visões geralmente incompatíveis quanto à natureza da sociedade, o papel da religião, questões de gênero e minorias entre outros. A maioria do povo palestino considera essa divisão um desastre político, com os partidos mais preocupados em competir entre si do que com a causa nacional. (IBISH, 2014).

A ruptura interna entre as facções políticas palestinas é danosa na medida em que se mostram mais preocupados em lutar entre si pelo poder do que em unir forças em prol do interesse nacional, o que acaba por enfraquecer a causa palestina. Além disso, desde o fracasso dos Acordos de Oslo nenhuma nova estratégia foi apresentada (nem pelos palestinos nem pelos israelenses) no que tange a discussão de um novo processo de paz viável e assim, a falta de um

plano nacional palestino unificado é o maior risco enfrentado pelo povo palestino na busca pela sua independência. (AL-MASRI, 2007).

### **A onda moderada – a legitimidade internacional e a influência dos movimentos de justiça global**

Em 2006 Mahaboud Abbas assume a presidência da ANP e pode-se dizer que uma nova era na política palestina se inicia. Abbas se mostrava determinado a alcançar os objetivos palestinos por outros meios, ou seja, ao invés de tentativas de acordo bilateral com Israel, buscava adquirir via direito internacional reconhecimento e legitimidade para a causa nacional, construindo aos poucos as características de um Estado e a esse respeito acumula uma série de vitórias, ao menos simbólicas.

Apresentou em 2011 a campanha “Palestina 194” em referência a Palestina se tornar o 194º país a ser reconhecido pela ONU. Ameaçou inclusive solicitar uma votação no Conselho de Segurança buscando o reconhecimento, mas retrocedeu em razão da ameaça do veto americano.

Porém, em 2012 obteve uma importante vitória. Conseguiu, na Assembleia Geral da ONU, a aprovação da mudança de status da Palestina de “entidade observadora” para “Estado observador não membro” concedendo a Palestina o mesmo status do Vaticano. Essa alteração de status é importante na

medida em que é um reconhecimento, ao menos implícito, da existência do Estado Palestino.

Outro importante passo ocorre em janeiro de 2015 obtendo a sua adesão ao Tribunal Penal Internacional com entrada em vigor no dia 01 de abril de 2015. A importância desse avanço reside no fato de que agora a Palestina pode buscar a responsabilização de Israel perante o Tribunal por alegados crimes cometidos contra os palestinos. Outra vitória relevante foi a assinatura de um acordo bilateral com o Vaticano em junho de 2015, por meio do qual passa ser reconhecido por este como Estado. Em setembro do mesmo ano a Palestina obteve outro êxito internacional. Sua bandeira foi hasteada na sede da ONU em Nova Iorque pela primeira vez na história, um importante passo em direção ao seu reconhecimento. A Assembleia Geral aprovou em 10 de setembro uma resolução<sup>11</sup> para permitir que a bandeira da Palestina e a do Vaticano fossem hasteadas junto a bandeira dos demais países membros.

Por meio de todos esses relevantes avanços Abbas recobre a causa Palestina de legalidade perante o direito internacional, buscando amplo reconhecimento internacional a seu pleito, além disso, demonstra estar comprometido com a via da não violência para alcançar seu objetivo. A estratégia do presidente da ANP, de buscar apoio da comunidade internacional, se mostra a melhor (e talvez a única) forma de buscar o reconhecimento, uma vez que o diálogo com Israel esta paralisado há muito tempo e o atual Primeiro Ministro

---

<sup>11</sup> Disponível em: < <http://www.un.org/press/en/2015/ga11676.doc.htm> >

israelense, Benjamin Netanyahu do partido conservador Likud, já demonstrou inúmeras vezes não possuir interesse em discutir a paz tampouco um possível Estado Palestino. Contudo, são vitórias simbólicas que mostram-se incapazes de produzir mudanças reais para o povo palestinos, que vivem ainda sob o jugo militar e em iminente estado de beligerância com os vizinhos judeus.

Em razão dessa falta de resultados palpáveis obtidas pelas tentativas palestinas outra opção que tem ganhado destaque na política local seria a possível criação de um Estado binacional. Palestinos, sobretudo as gerações mais jovens, perderam as esperanças na criação de um Estado próprio, passando então a pleitear direitos civis dentro de Israel, buscando representatividade no *Knesset*. Essa possibilidade coloca Israel ante uma possibilidade perigosa: Ter que lidar com mais de 4 milhões de palestinos que não estariam mais demandando terras para seu próprio Estado mas sim por uma voz dentro do Parlamento israelense. (RUMLEY; TIBON, 2015, p. 80).

O problema suscitado por essa alternativa é o que Rumley e Tibon (2015) chamaram de “caminho paradoxal para a paz”. Ao dificultar a criação do Estado Palestino e da solução dos dois Estados, a solução do Estado binacional surge como melhor (e talvez única) alternativa viável, porém um estado binacional seria uma afronta àquilo que os judeus possuem de mais precioso: o controle sob um Estado puramente judeu. Um risco que Israel não está disposto a correr. Em contrapartida, insistir em não dialogar sobre um possível acordo de paz e tampouco conferir direitos civis aos palestinos tornaria Israel um Estado de

apartheid. Assim, paradoxalmente, ao desistir de um Estado próprio e passar a demandar direitos dentro da sociedade israelense a opção dos dois Estados apresenta-se então como a solução menos ruim para Israel. (RUMLEY; TIBON, 2015, p. 86-87).

É crescente a percepção de que os governos pouco tem conseguido fazer pela causa da paz entre ambos os povos, por esse motivo é importante compreender o que Meir Margalit, judeu nascido na Argentina, ativista de direitos humanos e membro do *Jerusalem Municipal Council* e co-fundador do *Israeli Committe Against House Demolitions*, aponta em seu artigo “*Building bridges over the void: the role and impact of dissidents within Israel-palestinian conflict*”. O autor aponta a necessidade de mudança de paradigma dentro da sociedade israelense de forma a se despertar para a ideia de que a participação da sociedade civil israelense é fundamental no processo de paz com seus vizinhos árabes. O paradigma atual que permeia a estrutura mental israelense é de uma sociedade militarista e vitimizada e para o autor tal visão condenaria seus cidadãos a uma narrativa estreita presa em um círculo vicioso de eterno conflito. Essa mudança paradigmática ocorreria como resultado de profundas rupturas sociais, religiosas e/ou econômicas que possuiriam o condão de transformar os conceitos dominantes.

Qualquer alteração de mentalidade dentro da sociedade necessita de um gatilho, que no caso seriam os movimentos dissidentes<sup>12</sup> dentro da própria sociedade, uma vez que uma sociedade civil forte e atuante seria essencial para se construir as bases de democracias estáveis. Dessa forma, os movimentos ativistas israelenses ao questionarem as práticas perpetradas por seus governantes contra os palestinos, através de táticas de não-violência ofereceriam as condições básicas para melhorar o diálogo entre os dois povos culminando a longo prazo em um convívio pacífico com o mundo árabe no geral.

A participação da sociedade civil na questão tem se mostrado uma forma efetiva de pressionar Israel ao diálogo. O artigo “*Palestinian civil society organizations and the Palestinian National Authority*” escrito por Nidal Fuqaha, diretor do *Palestinian Peace Coalition – Geneva Initiative*, aponta que o crescimento de ONGs e da própria participação da sociedade civil palestina foi resultado do ambiente político de abertura e de alargamento das liberdades (sobretudo dentro dos territórios ocupados) resultado do início do diálogo e de tentativas de se consolidar um processo de paz no início da década de 1990.

---

<sup>12</sup> Inúmeros movimentos dissidentes surgem nos últimos anos dentro de Israel no sentido de buscar justamente essa alteração paradigmática dentro de sua própria sociedade. São geralmente organizações que atuam associando palestinos e judeus que buscam sobretudo discutir os direitos humanos e questões sensíveis como fronteiras pré 1967, assentamentos judeus e a própria criação do Estado palestino. Entre elas pode-se citar a *Breaking the Silence*, que reúne o testemunho de soldados israelenses que buscam denunciar os maus tratos dispensados aos palestinos e que lutam agora pela defesa de seus direitos. Outra organização israelense interessante é a *Bat Shalom* uma organização feminista e pacifista formada por mulheres israelenses que se opõe a demolição de casas palestinas, sobretudo em Jerusalém.

Aponta ainda que o papel dessas organizações é de suma importância, desenvolvendo um papel político importante na observância das liberdades palestinas, chamando a atenção para o papel dos *grassroots* em causas de injustiças como as observadas em Israel. Assim, a própria sociedade palestina percebe que a tática da resistência não-violenta pode se mostrar muito mais efetiva principalmente sob o ponto de vista da legitimidade da causa nacional.

O principal movimento nesse sentido é o *BDS Movement*, através do qual a sociedade civil palestina pede para que as diversas organizações da sociedade civil internacional e que pessoas de consciência de todo o mundo boicote Israel até que o país cumpra com o direito internacional (resoluções da ONU) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O movimento aponta três estratégias diferentes que combinadas possuem grande potencial de pressionar Israel de forma a modificar a situação da região. A primeira seria o boicote que mira produtos e corporações que lucram com a violação dos direitos humanos palestinos, assim aos consumidores é pedido que evitem comprar produtos israelenses. Além disso, o boicote também pode ser cultural ou acadêmico, os quais não miram indivíduos, mas sim instituições que apoiam ativa ou tacitamente a ocupação e o regime de opressão israelense. A segunda abordagem do movimento seria o desinvestimento que mira as corporações cúmplices das violações aos direitos palestinos, pede que indivíduos e organizações retirem seus investimentos de portfólios e fundos que de alguma forma financiem essas corporações. Apesar de indivíduos possuírem

eventualmente algum poder de investimento e poderem escolher desinvestir de corporações alvo do movimento, o verdadeiro poder do desinvestimento repousa nas ações coletivas direcionadas a maiores investimentos. E por fim, a abordagem das sanções que buscam romper com a cumplicidade de outros Estados e Instituições e Organizações Internacionais com as violações israelenses. A participação de Israel em diversos foros internacionais o recobre de respeitabilidade perante a comunidade internacional, assim as campanhas que pedem sanções contra as violações israelenses acabam por chamar a atenção da comunidade internacional para a questão.

Nos dez anos desde sua criação o Movimento BDS acumula inúmeras vitórias no que diz respeito a pressionar Israel em sua busca por justiça, liberdade e igualdade. O país presenciou uma queda de 46% dos investimentos diretos no país, além de perder importantes negócios como o fim do contrato entre a empresa de tecnologia militar israelense Elbit systems com o governo do estado do Rio Grande do Sul e o anuncio do encerramento das operações da multinacional francesa Veolia em Israel.

No que diz respeito ao boicote cultural, um grande número de artistas internacionais que se negam a se apresentarem em Israel como Roger Waters, Laurin Hill e Caetano Veloso, que após presenciar pessoalmente a situação degradante da população na vila palestina de Susiyia sob ocupação israelense, prometeu não voltar mais ao país.



O governo israelense começa a se preocupar com as campanhas de boicote, sobretudo após a crescente adesão europeia ao BDS, ameaçando inclusive qualificá-los como antissemitismo.

A ascensão dessa sociedade civil, cuja atuação local acaba por surtir efeitos no âmbito global, demonstra ser um novo ator com grande capacidade para ajudar os palestinos na busca de seu Estado soberano. A sociedade civil global atuaria de forma transnacional com uma ampla agenda, sobretudo mobilizando-se em prol da paz e da justiça social. Essa crescente participação civil - não apenas palestina e israelense, mas de diversos lugares do mundo - através do notável apoio que a campanha de boicotes à Israel vem adquirindo, expõe as injustiças do regime israelense em relação a população árabe, conferindo gradativa simpatia e acima de tudo legitimidade à causa palestina. Além disso, a adesão internacional aos chamados para o boicote são claros indícios da reprovação internacional das políticas israelenses. Essa desaprovação internacional se traduz em isolamento político, o que acaba por pressionar Israel ao diálogo.

Contudo, nem tudo foi moderação na última década. No ano de 2014 irrompe uma sangrenta guerra travada entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza. Israel se nega a chamá-la de guerra limitando-se a chamar de operação militar 'margem protetora'. Teve início depois do sequestro e assassinato de jovens de ambos os lados, os atritos culminaram na violenta incursão israelense na Faixa de Gaza dominada pelo Hamas em resposta a mísseis lançados por estes contra

alvos israelenses. Fato é que, os ataques contra civis israelenses apenas serviram de pretexto para a verdadeira intenção de Israel, que era diminuir a força e a influência do Hamas na região, buscando inclusive destruir sua famosa rede de túneis que alimentavam clandestinamente a região, sob embargo imposto por Israel.

A guerra termina com um alto número de mortes de civis palestinos e com a Faixa de Gaza reduzida a destroços. Duas consequências se observam dessa guerra: apesar de Israel conseguir seu objetivo, que era a destruição da rede de túneis que abastecia a região (inclusive armamentos) sua reputação perante a comunidade internacional acaba arranhada, acusado de usar força desproporcional contra um inimigo considerado notavelmente inferior em termos de capacidade bélica. Além disso, Daniel Bar-Tal professor na Universidade de Tel Aviv e ex co-editor do *Palestine-Israel Journal* afirma que talvez a grande derrota para Israel tenha sido o fato de ter sido obrigado a negociar com um inimigo que afirmou que nunca negociaria. (BAR-TAL, 2014, p. 89).

### **Seria o fim da muralha de ferro?**

Tendo em mente essa noção de mudança paradigmática dentro das sociedades (tanto israelense quanto palestina), que seria capaz de conduzir a relação entre ambos para um caminho mais moderado volta-se a atenção para a “A muralha de Ferro” de 1923, escrito por Vladimir Ze’ev Jabotinsky. O escrito

é de suma importância uma vez que tido como o precursor do sionismo revisionista, que diferia essencialmente do sionismo tradicional principalmente quanto à concepção do Estado judeu. Ele acreditava que o Estado deveria ser fundado tomando por base o conceito de *Eretz Israel* (Terra de Israel) que dizia respeito à integridade do território do novo Estado israelense levando-se em consideração as terras da Israel bíblica (dentro dos limites originais do território palestino). O segundo princípio que formava a essência ideológica do sionismo revisionista e da noção da muralha de ferro seria a declaração imediata do direito judaico à soberania política de todo esse território (SHLAIM, 2004, p.49). A questão que essa abordagem suscita é sobre a atitude sionista em relação aos árabes da região.

Uma vez que um dos objetivos do sionismo era declaradamente maximizar seu território, Jabotinsky esperava que a reação árabe fosse de reprovação e que, portanto, um acordo voluntário entre eles seria improvável tanto naquele momento quanto em um futuro próximo, portanto a política revisionista em relação à questão árabe era de uma polida indiferença, construindo em torno de si uma muralha de ferro pautada na força militar judaica, separando-os dos descontentes vizinhos. (JABOTINSKY, 1923).

Jabotinsky afirmava que, enquanto os árabes considerassem existir a possibilidade de se livrarem dos estrangeiros em sua terra natal resistiriam com todas as forças, e só quando considerassem inútil resistir (uma vez que a muralha de ferro seria impenetrável em razão da superioridade militar

israelense), seria então possível um acordo. Contudo, Jabotinsky afirma que a “muralha de ferro” não seria uma condição contínua, mas apenas uma forma de romper com a resistência árabe. Ele não se opunha ao diálogo com os árabes em etapa posterior, portanto a muralha de ferro seria apenas uma etapa inicial até que o empreendimento sionista estivesse consolidado e os árabes, reconhecendo a superioridade israelense, aceitassem dialogar em posição de fragilidade. (SHALIM, 2004, p. 669).

Na visão inicial do pai do sionismo revisionista a resistência árabe perceberia que é inútil lutar contra Israel e que por esse motivo gradativamente os líderes extremistas seriam substituídos por moderados, teria então chegado o momento de negociar, onde ambos se comprometessem em fazer concessões acerca das questões mais importantes como garantia contra deslocamento da população árabe, igualdade de direitos para cidadãos israelenses de origem árabe ou até mesmo o reconhecimento ao pleito nacional palestino.

Ocorre que há uma tendência dos líderes israelenses em adotar a muralha de ferro como um fim em si. Avi Shlaim afirma que, paradoxalmente, os líderes da direita, herdeiros políticos dos ensinamentos de Jabotinsky, são “particularmente propensos a se apaixonar pela muralha de ferro e adotá-la como um modo de vida permanente.” (SHLAIM, 2004.p. 669).

Ignorar os anseios árabes por seu direito à autodeterminação fechando-se dentro de uma muralha de ferro cada vez mais alta tem se mostrado uma tática insustentável a longo prazo. Essa abordagem apenas gera uma

reprovação internacional cada vez maior as políticas israelenses, que se traduz em isolamento político internacional e perda de legitimidade ante a comunidade internacional.

Posto isso faz-se o seguinte questionamento: nesse momento em que nota-se a crescente moderação da política palestina (Fatah, ANP e até mesmo o Hamas), a busca pelo reconhecimento internacional pelas vias da legalidade e do direito internacional adotado por Mahaboud Abbas, o envolvimento da sociedade civil bem como da própria comunidade internacional com a causa palestina e a crescente legitimidade que a criação de um Estado palestino soberano vem ganhando, não seria exatamente esse momento, apontado por Jabotinsky (de troca de líderes extremistas por líderes moderados e uma resistência que utiliza as técnicas da não-violência e do surgimento e movimentos dissidentes dentro da própria sociedade israelense), o momento de abandonar a tática da muralha de ferro e iniciar o diálogo de forma a buscar a solução efetiva para o longo impasse israelo-palestino?

### **Considerações finais**

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABU-NIMER, Mohammed. **Religious Leaders in the israeli-Palestinian conflict: From violent encitment to nonviolence resistance.** *Peace & Change.* 36, 4, 556-580, Oct. 2011. ISSN: 01490508.

AL-MASRI, Hani. **Where Is the Palestinian National Project?.** *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics & Culture.* 14, 4, 80-84, Dec. 2007. ISSN: 07931395.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BAR-TAL, Daniel. **Thoughts on the 2014 Gaza War.** *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics & Culture.* 19/20, 4/1, 155-160, Dec. 2014. ISSN: 07931395.

BELL, Avi; SHEFI, Dov. **The mythical post-2005 Israeli occupation of the Gaza Strip.** *Israel Affairs.* 16, 2, 268-296, Apr. 2010. ISSN: 13537121.

COOLEY, Laurence; PACE, Michelle. **Consociation in a Constant State of Contingency? The case of the Palestinian Territory.** *Third World Quarterly.* 33, 3, 541-558, Apr. 2012. ISSN: 01436597.

DISTEFANO, Paul.; HENAWAY, Mostafa. **Boycotting Apartheid from South Africa to Palestine**. *Peace Review*. 26,1,19-27. Jan. 2014. ISSN: 10402659.

FUQAHA, Nidal. **Palestinian Civil Society Organizations and the Palestinian National Authority**. *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics & Culture*. 18, 2/3, 31-35, Sept. 2012. ISSN: 07931395.

GHANEM, As'ad. **Palestinian Nationalism: An Overview**. *Israel Studies*. 18, 2, 11-29, 2013. ISSN: 10849513.

HENDERSON. Charles P. **The middle East: Inspiration and Despair**. *Cross Currents*. 188, 2008.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HØIGILT, Jacob. **THE PALESTINIAN SPRING THAT WAS NOT: THE YOUTH AND POLITICAL ACTIVISM IN THE OCCUPIED PALESTINIAN TERRITORIES**. *Arab Studies Quarterly*. 35, 4, 343-359, 2013. ISSN: 02713519.

HUSAIN, Amin M. **Who is the Legitimate Representative of the Palestinian People?**. *Chinese Journal of International Law*. 2, 1, 207-225, Jan. 2003. ISSN: 15401650.

IBISH, Hussein. **Indispensible but Elusive: Palestinian National Reunification.** *Middle East Policy.* 21, 3, 31-46, 2014. ISSN: 10611924.

JABOTINSKY, Vladimir Ze'ev. **The Iron Wall** (1923). Disponível em: < <https://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Zionism/ironwall.html> > Acesso em: 22 Ago 2015.

MACMILLAN, Margaret. Paz em Paris 1919 – A Conferência de Paris e seu mister de encerrar a Grande Guerra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

MAKDISI, Saree. **The Israel Disinvestment Campaign and the question of Palestine in America.** *South Atlantic Quarterly.* 102, 4, 877-894. 2003. ISNN> 00382876.

MAKHOUL, Issan. **Sixty Years of Israel and the Nakba: A Tale of Siamese Twins!.** *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics & Culture.* 15, 1/2, 51-56, Mar. 2008. ISSN: 07931395.

MARGALIT, Meir. **Building bridges over the void: The role and impact of dissidents within the Israel-Palestine conflict.** *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics & Culture.* 18, 2/3, 36-41. 07931395.



MILTON-EDWARDS, Beverly. The Ascendance of Political Islam: Hamas and consolidation in the Gaza Strip. *Third World Quarterly*. 29, 8, 1585-1599, Dec. 2008. ISSN: 01436597.

OTTOLENGHI, Emanuele. **Religion and Democracy in Israel**. *Political Quarterly*. 71, 39, Aug. 2000. ISSN: 00323179.

PAUL, Scott T. **The Duty To Make Amends to Victims of Armed Conflict**. *Tulane Journal of International & Comparative Law*. 22, 1, 87-117, 2013. ISSN: 10694455.

PINTO, M.do C. de P. Infiéis na terra do Islão, os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão. Fundação Calouste Gulbenkian: Coimbra, 2003

PLONSKI, Sharri. **Developing agency through Peacebuilding in the midst of intractable conflict: The case Of Israel and Palestine**. *Compare: A Journal of Comparative Education*. 35, 4, 393-409. Dec. 2005. ISSN> 03057925.

PUNDAK, Ron.; BEN-NUN, Anat.; FINKEL, Lior. **More relevant than ever: people-to-people Peacebuilding efforts in Israel and Palestine**. Palestine-

Israel Journal of Politics, Economics & Culture. 18, 2/3, 46-53. Sept. 2012. ISSN: 07931395.

RUMLEY, Grant; TIBON, Amir. **The Death and Life of the Two-State Solution.** *Foreign Affairs.* 94, 4, 78-87, July 2015. ISSN: 00157120.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global.** *Rev. bras. polít. int., Brasília* , v. 45, n. 2, p. 231-233, Dez. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292002000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200013&lng=en&nrm=iso)>. acesso 17 Mai. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292002000200013>.

SCALERCIO, Márcio. Oriente Médio – Uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003

SHLAIM, Avi. A muralha de ferro: Israel e o mundo árabe. Rio de Janeiro: Ed. Fissus, 2004.

SIRRIYEH, Hussein. **Democratization and the Palestinian National Authority: From State-in-the-Making to Statehood.** *Israel Affairs.* 7, 1, 49, Sept. 2000. ISSN: 13537121.

TUASTAD, Dag. **The Role of International Clientelism in the National Factionalism of Palestine.** *Third World Quarterly.* 31, 5, 791-802, July 2010. ISSN: 01436597.

TUASTAD, Dag. HAMAS-PLO RELATIONS BEFORE AND AFTER THE ARAB SPRING. *Middle East Policy.* 20, 3, 86-98, 2013. ISSN: 10611924.

UN Resolutions on the Partition Plan. *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics & Culture.* 9, 4, 118, Dec. 2002. ISSN: 07931395.

WALTHER, Marc A. **Hamas between violence and pragmatism** Disponível em:<  
[http://calhoun.nps.edu/bitstream/handle/10945/4673/09Jun\\_Walther.pdf?sequence=1](http://calhoun.nps.edu/bitstream/handle/10945/4673/09Jun_Walther.pdf?sequence=1)> acesso em: 20 Set. 2015.